

Ata da Sexta Sessão Extraordinária, do terceiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte e nove de abril de dois mil e onze, às dezenove horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Livro dos Provérbios – Capítulo 15, versículos 1 a 9: “Resposta calma aplaca a ira; palavra mordaz atíça a cólera. A língua dos sábios faz saborear o conhecimento, mas a boca dos insensatos vomita ignorância. Em todo lugar os olhos do Senhor estão vigiando os maus e os bons. Palavra reconfortante é árvore de vida; língua perversa fere o coração. O tolo despreza a correção paterna, mas quem observa a repreensão é esperto. Na casa do justo existe abundância, mas o lucro do injusto só traz inquietação. A boca do sábio espalha conhecimento, mas a mente do insensato é insensata. O Senhor detesta o sacrifício dos injustos, mas aprecia a súplica dos homens retos. O Senhor detesta o comportamento dos injustos, mas ama quem busca a justiça.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela sessão fora previamente convocada para deliberação do Projeto de Lei Complementar n.º 006/2011, do Executivo Municipal, tendo em vista, a não deliberação do mesmo na Quinta Sessão Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2011, convocada através do Edital de Convocação n.º 006/2011, por falta de “quorum”, em conformidade com o Art. 143, I, do Regimento Interno. Assim sendo, deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar n.º 006/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre concessão de abono mensal transitório a servidores públicos municipais da Prefeitura, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, do R.I. cc Art. 42 LOM). Com parecer favorável do

Relator Especial, lido na Quinta Sessão Extraordinária; em discussão pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que a maioria presente na assembleia era funcionário do Município, e que estavam ali discutindo mais uma vez o abono proposto pelo Executivo a todo funcionalismo, e que eles tiveram por diversas vezes tentando, de uma certa forma, sensibilizar a Administração que poderia dar um abono maior, um abono, não, um aumento significativo além do abono, a todo servidor público; disse que, infelizmente, tiveram uma reunião marcada naquele dia de manhã, mas não foi possível eles conseguirem mais nada além daquilo que tinha sido proposto no projeto de lei, e que gostariam, realmente, que aquele abono foi dito a eles e proposto para o Sindicato que fosse incorporado em março, e não seria, seria incorporado em setembro somente, ou seja, possível, ainda, em ter vindo um projeto de lei para que essa incorporação acontecesse, e de todas as formas tentaram melhorar o projeto, no sentido de que os funcionários tivessem um aumento mais significativo do que apenas o abono, o que eles, e que a eles que ele falava, era a ele mesmo, e que não podia se relacionar a todos, não era somente aquilo que o Poder Executivo podia dar, e que sabiam que o Orçamento tinha crescido bastante, tinham tido um aumento do IPTU da ordem de sete por cento, e que achava que um aumento dentro dos patamares que estavam os índices inflacionários seria o mais lógico, achava que para todo a classe dos servidores e não só um abono; disse que, infelizmente, a Administração não se sensibilizou com o pedido deles, com esse adiamento, e que esperava que nas próximas discussões eles pudessem ter uma participação maior, não só dos funcionários e do Sindicato, mas da Câmara de Vereadores, e que o projeto não viesse somente nesse momento que era para ser votado; agradeceu; a seguir, pediu a palavra a Sra. Maria Nalva Vieira Gama que cumprimentou a todos, dizendo que seu voto contrário ao projeto não era contra o abono, e que ela queria que fosse o abono e mais o reajuste, a sua defesa seria essa, e como não tinha saído nada mais, e saiu só o abono, iria votar contrário porque ela achava que os trabalhadores mereciam bem mais do que isso; disse que na sessão anterior tinha-se discutido o projeto, e ela tinha deixado bem claro o seguinte, que durante o ano inteiro as maquininhas dos supermercados, das lojas de eletrodomésticos não paravam de aumentar, então o salário também não podia ficar parado, e que seu ponto de vista, ela sempre defendeu a classe trabalhadora, e que ela não podia pregar algo lá fora e ali dentro ser diferente, e que ela era solidária aos servidores públicos, por ser sindicalista e por achar que os trabalhadores mereciam bem mais do que o abono, agradeceu, desejando boa noite; (houve manifestação da assembléia com aplausos); a seguir, pediu a

palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos, dizendo, ao Sr. Presidente, que iria iniciar sua fala parabenizando a todos os Vereadores desta Casa, porque naquele dia o que estava em votação ali não era o merecimento do abono ou do aumento salarial, e o que estava em votação, naquele dia, era um sim ou um não, e que o Vereador não tinha uma terceira opção, ou ele dizia sim, ou ele dizia não; se ele dissesse sim acabavam-se as negociações e pelo que esta Câmara tinha lutado junto à Administração Pública para tentar melhorar esta situação, entendia que eles não iriam conseguir nada além disso; se dissessem não, estariam tirando um abono de pessoas que, realmente, estavam contando com ele, lembrando que esse abono era de cem reais, disse ao Sr. Presidente, mas era retroativo a março, e que não era só cem reais que estas pessoas iriam receber, depois iria passar a cem reais; disse que era do entendimento de toda esta Casa que o servidor municipal merecia muito mais do que isso, mas o Vereador não tinha outra opção, ou dizia sim ou dizia não, ou como ele tinha dito, naquele dia, ao Presidente e ao Fred, eles pegassem uma arma e colocassem na cabeça do Prefeito, que o obrigasse a aumentar isso daí; disse que era evidente que os Vereadores não tinham como fazer isso e não iriam fazer isso, porque se era uma Casa de Leis, eles não podiam agir fora da lei; disse que era lamentável, e que era lamentável por tudo o que já tinha sido explorado, explanado nas outras duas sessões que eles tinham discutido esse aumento, e que ele, e acreditava que os outros Vereadores entendiam que existia como melhorar isso aí, mas infelizmente o Vereador tinha chegado no limite dele; disse que muitas pessoas não estavam presentes ali, na quarta-feira, mas pela primeira vez na história da Câmara de Jaguariúna, esta Câmara foi esvaziada, por quê, perguntou? Porque não tinha mais o que falar, não tinha mais o que se discutir, então, a última tentativa, e que ele podia até dizer, se o Presidente lhe permitisse, desesperada desta Câmara, foi abandonar o Plenário, numa maneira de tentar se fazer ouvir pela Administração; disse que foi discutido, foi debatido, infelizmente, naquele dia, não pôde estar presente, porque aquela reunião foi marcada às nove horas da manhã, e às nove horas da manhã ele estava atendendo os seus pacientes no Hospital, e não tinha como largar isso daí, para cuidar, embora sabendo da importância que era tal discussão, mas acreditava que tinha sido muito bem representado pelos seus pares nesta reunião; disse ao Sr. Presidente que tinha certeza que votando sim ou votando não, nenhum Vereador iria sair satisfeito da Casa; disse que era o que tinha a dizer, desejou boa noite e agradeceu; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, destacando o Presidente do Sindicato, Amaro, com muita saudade que algumas sessões não tinham sua

presença, na Casa; disse que por muitas vezes, nesta Casa, o Sindicato os procurou para diversas questões: dos guardas municipais, dos funcionários públicos, do aumento, e sempre, fosse na Tribuna Livre, ou fosse em seus Gabinetes, acreditava que o Sindicato foi muito bem recebido; disse que naquele ano tinha sido diferente, e que eles ficaram sabendo que o Sindicato tinha assinado um abono, concordado com o abono pelo jornal, no sábado, ninguém tinha lhes comunicado do que estava acontecendo e como tinha acontecido; na quarta-feira como o Dr. Airton falou, numa ação, não covarde, e sim desesperada de tentar mais um acordo e tentar mais um reajuste, eles esvaziaram o Plenário e marcaram uma reunião com o Prefeito, naquele dia, cedo; alguns Vereadores, por questões profissionais, se ausentaram, e depois de fazer contas, contas e contas, o Prefeito falou a seguinte frase: “Não sei porque vocês estão discutindo se o Presidente do Sindicato concordou com a proposta.” Disse que aí se ficava como Vereador, como negociador, e pediu desculpas pelo termo, ao Sr. Presidente, como uma trouxa na reunião, porque era a mesma coisa de se reclamar da cor da pintura de sua casa, quando se mandou o pintor pintar dessa cor; disse achar, e que deixava bem claro, e ela não era de fugir da raia, que eles não tinham esse poder de definir o quanto iria ser o aumento, e que eles tinham tido um compromisso, naquele dia, do Prefeito Municipal, mesmo sendo uma responsabilidade da Mesa, de que nem os Secretários, nem o Cargo do Prefeito iria ter aumento de salário; disse que pelo menos tinha sido uma posição, mas por mais que eles tivessem argumentos, e confessava a todos que, naquele dia, cedo, a Nalva, Fred, ela, o Mauricinho estavam, apesar dos outros Vereadores estarem sendo representados por eles, estavam bem afiados, mas quando se escutava numa mesa: “Não sei porque vocês estão se metendo nisso, o Sindicato aceitou!” Disse que, ela, realmente, gostaria de entender, e repetiu, gostaria de entender, e talvez não tivesse essa capacidade, porque o Sindicato aceitou, e talvez ela gostaria de entender, e a dúvida que ficava hoje, na sua cabeça, se tal aumento era para ser definido em março; por que tinha se atrasado este aumento para esperar depois da eleição do novo Sindicato, e que ela não conseguiu entender isso (houve manifestação na assembléia, com aplausos); ela disse que eram essas dúvidas, eram essas questões que ficavam na sua cabeça, pensando e que iria ser sincera, tinham certas situações na Casa que eram ingratas, e que essas circunstâncias eram complicadas; disse que era lógico que muita gente estava contando com esses duzentos reais, e achava que era importante duzentos reais para quem ganhava mil reais, tinha dois, três filhos, era importante, mas tinha muita gente que não concordava com esse aumento; disse que estava explicando isso para que

ninguém tivesse pena da decisão deles, naquele dia, mas para eles entenderem na posição que eles tinham ficado naquele dia, mas para eles entenderem na posição que eles tinham ficado, naquele dia, mas iria deixar claro, e iria fazer um compromisso público: não iria votar aumento de nada até o fim de seu mandato, e não iria aprovar, seu voto pelo menos, aprovando, seu voto, repasse de verbas para coisas fúteis mais na Cidade, porque se essa era uma economia de guerra, e tinham que economizar, iriam economizar, mas já falava que iriam economizar nas grandes festas, iriam economizar num monte de coisas que estavam gastando dinheiro, iriam fazer menos revistas, iriam fazer menos “outdoor”, iriam cortar as coisas fúteis e dar para o povo; disse que ela se questionava, e estava pensando, naquele dia, analisando os trabalhos do Rodeio que iriam ter, quanto iria custar fazer a segurança a madrugada inteira, quantas horas extras, a limpeza dos canteiros, porque eles tinham que investir em certas coisas que talvez não fossem necessárias para a Cidade, e dizia isso, porque no dia anterior, mesmo não sendo sindicalizada, ou melhor, sindicalista, disse, aos nobres Colegas, que tinha ficado muito triste, que não tinha tido uma mísera festa de Primeiro de Maio no Dia do Trabalhador! Perguntou se eles não poderiam fazer uma homenagem aos trabalhadores desta Cidade com uma festa? Ou chegaram ao ponto de não ter dinheiro para prestar uma homenagem para os caras, para os trabalhadores, no qual ela se incluía, e todos eles se incluíam? Disse que alguma coisa estava errada, e que ela achava e voltava a repetir, não tinha medo de sua decisão, ela fazia o que estava fazendo, talvez, dali um ano e meio, cada um deles, enfrentava as urnas e tinham que se entender com o povo, e iria ser uma decisão, e o que voltava a repetir, era que algumas coisas ficavam na sua cabeça, e gostaria que ficasse na cabeça deles, também, em primeiro lugar: por que se esse aumento era março, ele foi decidido em maio, quase, no meio de uma eleição para um Sindicato, por que não se fez antes e por que não se fez depois; por que eles não podiam cortar a carne onde tinha mais gordura, porque eles estavam cortando onde mais pesava, no salário do trabalhador, e eles estavam falando, como o nobre Vereador Alfredo tinha falado outro dia, que esse aumento iria dar, mais ou menos, um milhão e oitocentos mil reais no ano, e só com marketing, naquele ano, iriam gastar dois milhões e meio; disse que eram coisas para pensar, e ela achava que ninguém deveria subestimar, por mais baixo que fosse o cargo, a cabeça deles, e achava que eles tinham que pensar, tinha que escolher, tinha que decidir, porque era fato e isso devia concordar publicamente, que as pessoas responsáveis pela negociação, não fizeram um golpe de estado, elas tinham sido eleitas pelo povo, eles, presentes, elegeram as pessoas, e se elas tomaram decisões erradas ou

acataram o Sindicato, acatou uma proposta que não era das melhores, não seria naquele momento que eles conseguiriam reverter isso; disse que ela, realmente, achava que um dos momentos mais difíceis para todos eles, fosse a decisão que eles tomariam naquele dia, mas com certeza serviria de aprendizado para que todos eles, nas próximas eleições para o Sindicato do Funcionalismo Público, eles pensassem um pouco mais e raciocinassem um pouco mais e pensasse por si próprio; disse que era uma decisão lamentável, e repetiu que, naquele dia cedo, na terça-feira, segunda-feira, sexta-feira, tiveram a reunião com o Prefeito, conversaram, fizeram números, até a Nalva chegou, praticamente, a implorar por algum aumento, pediram que a base, que a incorporação do salário não fosse em setembro, fosse em junho, e a única coisa, disse ao Sr. Presidente, que não iria aceitar de ninguém, que se quisesse dividir parte desta Câmara, quisessem dividir, que alguns eram bandidos, outros eram bonzinhos; disse que tinha que dar a cara para bater, e tinha gente que na hora “H”, lá dentro, estava se escondendo, e não lhe agradava; disse que eles tinham uma obrigação de representar o povo, e que ela, lamentavelmente, achava que naquele dia, ficava feliz, em ver a Câmara cheia, mas que ela lhes assegurava, se aquela Câmara estivesse sempre cheia, muita votação que acontecia nela, seria bem diferente, do que vinha sendo; desejou boa noite; (houve manifestação na assembléia, com aplausos); a seguir, pediu novamente a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite a todos e disse o que era bom para tirar de exemplo daquele momento em que eles estavam lá, dizendo, simplesmente, sim ou não aquele projeto, era que eles observavam durante o ano a discussão do aumento do salário mínimo no Congresso e a discussão era ampla através do sindicato, sociedade civil, começava onde tinha que começar aquela discussão, no Congresso e, semelhantemente teria que começar aquela discussão na Câmara Municipal, ou seja, para eles poderem sair de lá dando a opinião e ouvindo a opinião do povo para que chegasse a um consenso; o que chegou para eles, realmente, e que entristeceu, era que a Câmara não foi ouvida nenhuma vez naquela discussão; eles ficaram sabendo pelo jornal, ele nem ficou sabendo porque não tinha lido o jornal, o Mauricio que tinha falado que o abono estaria certo que seria de cem reais; questionado alguns membros do funcionalismo, falaram para ele que a proposta que tinha sido votada na Assembleia, não tinha sido a mesma proposta apresentado pelo Prefeito, ou seja, o que disseram era que a incorporação seria em março e não em setembro; então, eles ficaram de mãos atadas, o projeto estava lá, não pode ser alterado em nada, o momento que era de discussão na Câmara, ele acreditava que a grande maioria do funcionalismo não foi ouvida e cabia a eles, naquele

momento, aceitar ou não aquele projeto de lei; ele voltava a dizer, ele estava consciente da votação dele porque sabia que o Município devia e devia muito mais ao funcionalismo do apenas cem reais, era a concepção dele; ele esteve por vários anos do outro lado, defendendo o aumento que era possível dar pelo Executivo, mas ele poderia dizer que uma discussão sempre foi aberta, franca, onde o Município chegava até o extremo para conseguir dar o aumento necessário e daquela vez não se ouvia ninguém, chegou de uma forma arbitrária aquele abono, o que para ele não era justo, tinha que pensar o que era justo era bom para todo mundo, um aumento significativo de um aumento percentual que representaria na aposentadoria, décimo terceiro, férias, enfim, e não um abono; abono era uma decisão paliativa para não ficar sem nada durante o ano; então era aquela a opinião dele e a votação dele, realmente, era uma forma de protesto para que aquela discussão acontecesse cada vez mais e ampliasse e, se o projeto não passasse, poderia ter certeza que muita discussão poderia acontecer ainda para que aqueles benefícios acontecessem; enfim, era a opinião dele e que foi aquela opinião desde o início e ele gostaria de deixar claro a todos que, realmente, tinha que respeitar a opinião dos colegas, porque pouco tinha o que fazer, era aceitar ou não, muitos pensavam pelo coração, outros pela razão e ele teve por diversas vezes acompanhando as discussões do Orçamento, em todas as discussões do Orçamento, ele via o Wagner que era Secretário de Finanças que estava lá e por diversas vezes o Vereador questionou se tinha aumento para o funcionalismo para aquele ano?, Por que o Orçamento estava aumentado tanto? E o Secretário toda vez garantiu que o aumento do funcionalismo estava previsto, e eles ficavam triste em saber que o aumento que sempre era janeiro, sempre que votava o aumento em fevereiro era retroativo em janeiro, já tinha passado para março, estava quase chegando em maio a até agora nada, enfim, quem saía perdendo sempre era o funcionalismo, agradeceu (houve manifestação da assembléia através de aplausos); a seguir, fez uso da palavra o Vereador Antonio Maurício Cordeiro Hossri que, primeiramente, agradeceu a presença de todos e disse algumas palavras defendendo os Pares, ele achava que todas as oportunidades foram tentativas de melhoria, cada um, obviamente votaria, politicamente, ou votaria pelo coração ou pela razão; naquela noite iria definir o que seria feito e o que não seria feito; parabenizou os Pares pela luta e dedicação de tentar o melhor pelo funcionalismo público, obviamente, ele gostaria de quem votasse sim ou quem votasse não, que não houvesse uma diferenciação perante o funcionalismo porque todos tentaram fazer o melhor e ele como Presidente, ao longo daqueles dias que estavam em três sessões com aquele projeto, ele pôde receber no gabinete dele, pessoas implorando para que

fosse votado, fosse aprovado o projeto, recebeu pessoas que foram pedindo para que fosse rejeitado o projeto, era uma coisa que, ele estava falando da posição dele, atendendo como Presidente da Câmara, estava vendo que o negócio estava meio dividido, uns imploravam que sim, outros pediam que não; aquela situação, perante eles que eram em nove, então, ele gostaria de parabenizar os Pares pela luta e pela primeira vez, como a nobre Vereadora falou, pela primeira vez na cidade de Jaguariúna um Plenário foi esvaziado na tentativa de diálogo para tentar uma melhoria; então era aquilo que ele queria dizer; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 006/2011; naquele momento houve manifestação na assembléia, solicitando a leitura do Projeto, e o Presidente disse que não poderia, que o projeto já foi lido em outra sessão e que não poderia, tinha que seguir o Regimento Interno, infelizmente; havendo mais uma vez manifestação na Assembleia pedindo para que fosse lido o projeto, a Vereadora Karina Valéria Rodrigues pediu pela ordem e o Presidente disse a Vereadora Karina Valéria Rodrigues que, infelizmente, teria que seguir o Regimento Interno, não era ele, já havia sido aberta a votação, não era ele, não eram os Vereadores, seguia o Regimento Interno; disse que o Projeto foi lido na outra Sessão, teria que seguir, infelizmente, teria que seguir; dando continuidade, o Sr. Presidente, colocou em votação, como já havia anunciado, o Projeto de Lei Complementar nº 006/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre concessão de abono mensal transitório a servidores públicos municipais da Prefeitura, e dá outras providências, o qual foi aprovado por cinco votos favoráveis, sendo três contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Karina Valéria Rodrigues e Maria Nalva Vieira Gama. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário




Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

